

(INML), com o grau de consultor da carreira de medicina legal. Coordenador do internato médico em medicina legal da Delegação do Porto do INML e coordenador nacional do internato médico em medicina legal. Professor auxiliar convidado de Medicina Legal da FMUP, director do curso superior de Medicina Legal (FMUP e INML), coordenador do módulo de Ciências Tanatológicas do mestrado em Ciências Forenses da Universidade do Porto e coordenador do curso básico de Medicina Legal do programa doutoral em Ciências Forenses da mesma Universidade, sendo ainda docente colaborador em diversas licenciaturas e pós-graduações, designadamente na Universidade Fernando Pessoa e Universidade Católica Portuguesa.

Actividade científica — autor e co-autor de 16 trabalhos publicados na íntegra (em revistas nacionais e estrangeiras) e de 74 trabalhos apresentados em reuniões científicas nacionais e internacionais. Participa em projectos de investigação e orienta diversas teses de mestrado. Membro da International Academy of Legal Medicine, Sociedade Espanhola de Medicina-Legal y Forense e Associação Portuguesa de Avaliação do Dano Corporal. Membro do conselho científico da *Revista Portuguesa de Avaliação do Dano Corporal*.

Nota curricular

Maria Cristina Nunes de Mendonça.

Doutorada em Medicina e Cirurgia pela Universidade Complutense de Madrid, com equiparação pela Universidade de Coimbra na especialidade de Sociologia Médica (Medicina Legal). Especialista de medicina legal com o grau de consultor e chefe de serviço da carreira médica de medicina legal.

Professora auxiliar da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Professora visitante em diversas universidades nacionais e internacionais (Universidade de Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, Universidade do Porto, Universidade Internacional da Figueira da Foz, Universidade Complutense de Madrid).

Co-coordenadora do módulo de Antropologia Forense dos mestrados em Medicina Legal e Ciências Forenses da Universidade de Lisboa e da Universidade do Porto e do mestrado em Medicina Legal da Universidade de Coimbra.

Coordenadora nacional da equipa médico-legal de intervenção em desastres de massa e representante substituto do Ministério da Justiça na Comissão Nacional de Protecção Civil.

Membro do conselho de coordenação da avaliação do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.

Membro de várias sociedades científicas nacionais e internacionais da área da medicina legal e das ciências forenses. Membro do conselho científico de algumas publicações científicas nacionais e internacionais da área da medicina.

Orientadora de múltiplas teses de mestrado e algumas de doutoramento, a nível nacional e internacional.

Membro de alguns grupos de trabalho no âmbito da sua actividade profissional, bem como de diversos júris de concursos administrativos e académicos.

Autora ou co-autora de numerosos artigos científicos publicados, bem como de comunicações e conferências em reuniões científicas nacionais e internacionais. Co-autora de um protocolo modelo de investigação forense de mortes suspeitas de terem sido produzidas por violação dos direitos humanos.

Organizou diversos cursos de pós-graduação na área da medicina legal e ciências forenses, quer a nível nacional quer internacional, nomeadamente no México e no Kosovo.

Tem participado em diversas missões internacionais, quer sob os auspícios do Governo Português (São Tomé e Príncipe, Timor e Tailândia) quer de governos de outros países, das Nações Unidas ou de ONG (Bósnia-Herzegovina, Croácia, Kosovo, México, Colômbia, Costa Rica e Chile), sobretudo no âmbito de situações de violações dos direitos humanos.

Exerceu previamente a função de coordenadora do Gabinete Médico-Legal da Figueira da Foz.

Nota curricular

Francisco Manuel Matias da Costa Santos, licenciado em Medicina e Cirurgia pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, efectuou o internato complementar nos Hospitais Cívicos de Lisboa e o serviço médico à periferia no concelho de Santiago do Cacém. Após concurso público para técnico superior de medicina legal, em 1981, iniciou funções no então Instituto de Medicina Legal de Lisboa (IMLL). Fez toda a sua carreira de medicina legal neste Instituto, actual Delegação do Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal, onde detém a categoria de chefe de serviço, com o grau de consultor. Foi coordenador do serviço de tanatologia forense nos períodos de 1995 a 1998 e, mais recentemente, desde Setembro de 2006. Concomitantemente com a sua carreira médico-legal, frequentou, na qualidade de voluntário, a especialidade de Radiodiagnóstico, no Hospital de Santa Maria, após o que viria a criar a Unidade de Imagiologia Forense no IMLL, de que foi coordenador. Por nomeação do então

director da instituição, representou o IMLL no Serviço Nacional de Protecção Civil Nacional, Distrital e Municipal até 1997.

Também por concurso público, iniciou a carreira docente na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa como assistente convidado da disciplina de Medicina Legal e Toxicologia Forense, em 1977. Durante cerca de 26 anos exerceu funções docentes nesta Faculdade, bem assim como na Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa, Faculdade de Direito de Lisboa, Escola da Polícia Judiciária, Centro de Estudos Judiciários, curso superior de Ciências Militares da Academia Militar, Escola de Serviço de Saúde Militar e nos cursos superiores de Medicina Legal e de mestrado em Medicina Desportiva. Foi ainda orientador de formação de médicos internos da especialidade de medicina legal e de estagiários dos PALOP.

Pertence a várias sociedades científicas e é autor ou co-autor de cerca de uma dezena de trabalhos. É membro do conselho directivo do Colégio da Especialidade de Medicina Legal da Ordem dos Médicos. Foi distinguido com três louvores pela sua actividade pericial: um, em 1982, do conselho científico da Faculdade de Medicina de Lisboa e os dois outros dos Ministros da Justiça Dr. Fernando Nogueira (1989) e Dr. Laborinho Lúcio (1992).

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Despacho (extracto) n.º 22 404/2007

Por despacho de 10 de Setembro de 2007 do presidente:

Foi nomeado para o lugar de conservador do registo civil de Vila do Conde e exonerado à data da posse no novo lugar o licenciado Adriano Machado Pinto de Azevedo, conservador do registo civil de Póvoa de Varzim.

Foi nomeada para o lugar de conservadora do registo predial da Horta e exonerada à data da posse no novo lugar a licenciada Carla Susana da Silva e Costa, adjunta do notário de Vale de Cambra, a exercer interinamente as funções de conservadora dos registos civil e predial de Proença-a-Nova.

Foi nomeada para o lugar de conservadora dos registos civil e predial do Crato a licenciada Ana Maria Correia Antunes, adjunta da conservadora dos registos civil e predial de Figueiró dos Vinhos, a exercer interinamente as funções de conservadora dos registos civil e predial do Crato.

Foi nomeada para o lugar de conservadora do registo civil de Faro e exonerada a data da posse no novo lugar a licenciada Clara Maria Cardoso Moço, conservadora dos registos civil e predial de Mértola, a exercer interinamente as funções de conservadora do registo civil de Alcobaca.

Foi nomeada para o lugar de conservadora interina do registo civil da Horta a licenciada Cláudia Maria Ganito Barroso, conservadora dos registos civil, predial e notária de Lajes do Pico.

Foi nomeada para o lugar de conservadora interina dos registos civil, predial e notária de Mourão a licenciada Eva Filipa Martinho Morais Geraldo, adjunta do conservador dos registos civil e predial de Vagos.

Foi nomeada para o lugar de conservadora interina dos registos civil e predial de Meda a licenciada Fátima Isabel Gonçalves Marta, adjunta do conservador dos registos civil e predial de Póvoa de Lanhoso.

Foi nomeada para o lugar de conservadora dos registos civil e predial de Oliveira Frades e exonerada à data da posse do novo lugar a licenciada Guida Maria Varanda Pereira de Oliveira Diogo, conservadora dos registos civil e predial de Aguiar da Beira.

Foi nomeada para o lugar de conservadora interina do registo civil de Silves a licenciada Isabel Cristina Campos Amaral Coelho, conservadora do registo civil de Odemira.

Foi nomeada para o lugar de conservadora do registo civil, predial e notária de Marvão a licenciada Isabel Maria Batista Louro, adjunta do Conservador dos registos comercial e automóveis de Coimbra.

Foi nomeada para o lugar de conservadora do registo civil de Aveiro e exonerada à data da posse no novo lugar a licenciada Isabel Maria da Silva Salvado Sanchez, conservadora do registo civil da Mealhada.

Foi nomeada para o lugar de conservadora do registo civil de Ponta Delgada e exonerada à data da posse no novo lugar a licenciada Joana Isabel do Couto Duarte da Costa, conservadora dos registos civil e predial de Vila Franca do Campo.

Foi nomeado para o lugar de conservador interino dos registos civil e predial de Sátão o licenciado José Manuel Pais Gavinhos, conservador dos registos civil e predial de Figueira de Castelo Rodrigo.

Foi nomeado para o lugar de conservador dos registos civil e predial de São Brás de Alportel e exonerado à data da posse no novo lugar o licenciado José Silvestre Pinto, conservador do registo civil de Albufeira.

Foi nomeada para o lugar de conservadora interina dos registos civil e predial de Arruda dos Vinhos a licenciada Maria da Assunção

Lourenço Vigário de Moreira Simões, conservadora dos registos civil, predial e notário de Alvito.

Foi nomeada para o lugar de conservadora interna dos registos civil, predial e notária de Vinhais a licenciada Maria do Céu Dias Pereira, adjunta do conservador do registo predial de Vila Nova de Famalicão.

Foi nomeada para o lugar de conservadora do registo civil de Mangualde e exonerada à data da posse do novo lugar a licenciada Maria Clara Marques Borges, conservadora do registo civil de Santa Comba Dão.

Foi nomeada para o lugar de conservadora auxiliar da Conservatória dos registos Centrais de Lisboa e exonerada à data da posse do novo lugar a licenciada Maria José da Silva Louro Paralta, conservadora do registo civil de Queluz, a exercer funções em regime de requisição nos serviços centrais deste Instituto.

Foi nomeada para o lugar de conservadora interina dos registos civil, predial e notária da Chamusca a licenciada Maria Luís Rodrigues Marinho, adjunta da conservadora do registo predial de Barcelos, a exercer interinamente as funções de conservadora dos registos civil e predial de Campo Maior.

Foi nomeada para o lugar de conservadora interina dos registos civil, predial e notária de Ribeira de Pena a licenciada Maria Sónia Romero Dias, adjunta da conservadora do registo predial de Arcos de Valdevez, a exercer interinamente as funções de conservadora dos registos civil, predial e notária de Vila Velha do Ródão.

Foi nomeada para o lugar de conservadora interina dos registos civil, predial e notária de Arronches a licenciada Mónica Isabel da Costa Marques, adjunta do conservador do registo civil de Santa Maria da Feira, a exercer interinamente as funções de conservadora dos registos civil, predial e notária de Avis.

Foi nomeada para o lugar de conservadora interina dos registos civil e predial de Aljustrel a licenciada Rita Madalena Lopes Maio Martins da Silva, conservadora dos registos civil, predial e notária de Vila do Porto.

Foi nomeada para o lugar de conservadora dos registos civil, predial e notária de Aljezur a licenciada Sandra Maria Jorge Pataca, adjunta da conservadora do registo predial de Odivelas, a exercer interinamente as funções de conservadora dos registos civil e predial de Arraiolos.

Foi nomeada para o lugar de conservadora dos registos civil e predial de Grândola e exonerada à data da posse no novo lugar a licenciada Susana Dinis Antunes, conservadora dos registos civil e predial de Constância.

12 de Setembro de 2007. — A Vice-Presidente, *Maria Celeste Ramos*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 22 405/2007

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 276-B/2007, de 31 de Julho, que concretiza o processo de reorganização da Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, decorrente da nova orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), preconizada pelo Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe é dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determino a manutenção da comissão de serviço dos seguintes titulares de cargos de direcção superior de segundo grau:

- Subinspectora-geral do Ambiente e do Ordenamento do Território mestre em engenharia Leonor Moreira Cartaxo;
- Subinspector-geral do Ambiente e do Ordenamento do Território licenciado em Direito José Diniz Mendes Freire.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Setembro de 2007.

28 de Agosto de 2007. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.

Despacho n.º 22 406/2007

A Estradas de Portugal, E. P. E., pretende construir a variante à EN 103-1, nos concelhos de Esposende e Barcelos, utilizando para o efeito 48 360 m² de terrenos integrados na Reserva Ecológica Nacional por força das delimitações relativas aos concelhos de Barcelos e Esposende constantes das Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 141/96, de 30 de Agosto, e 43/96, de 17 de Abril, respectivamente.

Considerando tratar-se de um projecto de reconhecido interesse público devido à melhoria sensível das acessibilidades locais que irá proporcionar às populações locais;

Considerando o disposto nas declarações de utilidade municipal das Assembleias Municipais de Esposende e Barcelos;

Considerando o disposto na informação n.º 576/DOGET/07, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte;

Considerando não se afigurar ser possível a construção desta obra sem ser em área de Reserva Ecológica Nacional:

Determina-se:

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 180/2006, de 6 de Setembro, e no exercício das competências delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do disposto no despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, e a delegação de competências do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações nos termos do disposto no despacho n.º 25 962/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 240, de 16 de Dezembro de 2005, é reconhecido o interesse público da construção da Variante à EN 103-1, com as condições expressas no projecto e ainda as definidas no parecer da CCDR-N.

27 de Agosto de 2007. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*. — O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*.

Despacho n.º 22 407/2007

Pretende a LACE — Litoral Atlântico Construtores, A. C. E., construir o sublanço Quaios-Tocha da A 17 — auto-estrada Marinha Grande-Mira, nos concelhos de Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Cantanhede, utilizando para o efeito 586 484 m² de terrenos integrados na Reserva Ecológica Nacional dos concelhos de Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Cantanhede por força da delimitação constante da Portaria n.º 1046/93, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 186/96 e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 166/96, publicadas, respectivamente, no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 244, de 18 de Outubro de 1993, n.º 276, de 28 de Novembro de 1996, e n.º 238, de 14 de Outubro de 1996.

Considerando que o objectivo do projecto é a prossecução de uma acção prevista em sede de plano sectorial, designadamente o Plano Rodoviário Nacional 2000, onde o troço da rede viária compreendido entre os concelhos da Marinha Grande e de Mira é parte integrante da rede nacional de auto-estradas (A 17), enquanto parte integrante do itinerário complementar n.º 1 (IC 1);

Considerando que o corredor rodoviário, ao atravessar áreas dos concelhos de Figueira da Foz, Soure, Montemor-o-Velho, Cantanhede e Mira, pretende colmatar as deficiências de acessibilidade resultantes do traçado da EN 109, que se constituiu como principal eixo viário de ligação entre aqueles concelhos;

Considerando que, fazendo parte integrante da rede nacional de auto-estradas, a A 17 vem constituir uma via alternativa de grande capacidade, assumindo uma importância fundamental para o tráfego pesado de longo curso que utiliza a EN 109 entre Aveiro e Leiria;

Considerando que, como eixo viário, a A 17 incorpora as necessidades de inserção de uma vasta área do litoral, num contexto de planeamento sectorial, regional e local, onde o problema da acessibilidade ao exterior se coloca com premência, tendo necessariamente importância ao nível do desenvolvimento regional e local da rede urbana e de equipamentos e constituindo, simultaneamente, um factor indutor de desenvolvimento;

Considerando que a A 17 se conforma com os planos regionais de ordem superior, com o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, o Plano Operacional da Região Centro e, ainda, com o Plano Operacional de Acessibilidades e Transportes;

Considerando que o sublanço Quaios-Tocha, que se desenvolve nos concelhos de Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Cantanhede se integra na justificação dada para a totalidade da A 17;